



## 13 TESES SOBRE PROTESTO FEMINISTA

### Um Manifesto<sup>1</sup>

#### **Coautoras/es (membros da Colectiva Protesta em ordem alfabética)**

Sonia E. Alvarez (Universidade de Massachusetts Amherst)

Martha Balaguera (Universidade de Toronto)

Angélica María Bernal (Universidade de Massachusetts Amherst)

Layla Carvalho (Universidade de Brasília)

Margaret Cerullo (Hampshire College)

Taylor Marie Doherty (Universidade do Arizona)

Débora de Fina Gonzalez (Universidad de Playa Ancha)

Kevin Henderson (Faculdade Mount Holyoke)

Elva Orozco Mendoza (Universidade de Connecticut)

Millie Thayer (Universidade de Massachusetts Amherst)

#### **Tradutoras (membros da Colectiva Protesta em ordem alfabética)**

Mariana Prandini Assis (Universidade Federal de Goiás)

Layla Carvalho (Universidade de Brasília)

Priscila D. Carvalho (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Débora de Fina Gonzalez (Universidad de Playa Ancha)

Nayla Luz Vacarezza (CONICET e Universidade de Buenos Aires)

---

<sup>1</sup> Este manifesto é produto de dezenas de diálogos frutíferos e de eventos públicos entre integrantes da *Colectiva Protesta*, da qual fazem parte as pessoas co-autoras, listadas em ordem alfabética dos sobrenomes. Estas teses são produto de uma colaboração genuína ao longo de vários anos e refletem importantes contribuições de outras integrantes da *Colectiva Protesta*, atuais e passadas, tais como Barbara Cruikshank, Amel Ahmed e Jillian Schwedler. Beneficiamo-nos imensamente dos diálogos com Barbara Sutton, Nayla Vacarezza, Cora Fernández Anderson e outras colegas e ativistas-intelectuais latinas, latino-americanas e latino-americanistas. O formato em teses foi inspirado pela nossa leitura coletiva de *A Potência Feminista: ou o desejo de transformar tudo* (2020), de Verónica Gago. Uma primeira versão foi publicada em inglês com o título “Thirteen Theses on Feminist Protest: A Manifesto” na revista *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, volume 50, number 1, Autumn 2024. <https://doi.org/10.1086/731601>.

## Introdução

Protestos feministas antirracistas e anticapitalistas estão na vanguarda das mobilizações de massa contemporâneas nas Américas e em outras regiões do mundo. Como um coletivo de intelectuais-ativistas feministas que vivem em diversos países da América Latina, no Canadá e em diferentes regiões dos Estados Unidos, temos nos envolvido nos protestos e teorizado sobre eles desde as revoltas globais da década de 2010. O protesto feminista é uma força constante que desafia a intensificação das violências racistas e de gênero, as novas formas de despossessão e extrativismo capitalista, e a ascensão das extremas direitas. Embora nosso foco esteja na América Latina, acreditamos que estas experiências elucidam também as respostas locais aos ataques violentos contra mulheres, povos indígenas e grupos racializados, assim como contra seus territórios e suas vidas, que vêm ocorrendo em todo o mundo.

Este manifesto teoriza como e porquê os feminismos têm sido uma força crescente nos protestos, marcando uma mudança de época no ativismo. Apresentamos treze teses sobre protesto feminista que iluminam o momento atual, conceituam o trabalho e os aportes que o protesto feminista faz e tem feito e propõe teorias e métodos para estudos futuros. Nosso manifesto emerge de conversas em curso e de *insights* produzidos coletivamente a partir de nossas pesquisas individuais e de uma vasta gama de fontes secundárias e abordagens teóricas. Os manifestos são um gênero utópico cujo objetivo é provocar esperança e criar desejo por um futuro diferente. Como em qualquer manifesto, estão aqui interligadas análise, provocação, aspiração e inspiração. Nosso objetivo é encorajar reflexão e ação que ampliem o poder e a promessa do protesto feminista.

## PARTE I. O MOMENTO EM QUE ESTAMOS: A CONJUNTURA FEMINISTA

**Tese 1:** Protestos feministas antirracistas e anticapitalistas estão na vanguarda do ativismo contemporâneo em diversos contextos nas Américas e em outras regiões.

A política da última década foi caracterizada por erupções de protestos massivos. De Buenos Aires a St. Louis, Missouri, de Santiago a Teerã, de Hong Kong e Atenas a Cartum, os protestos estão em todos os lugares – e o feminismo também está. As articulações feministas em muitos casos precederam e ajudaram a desencadear esta onda de ativismo de rua, e outras formas desafiadoras de ativismo, especialmente nas Américas. No Chile, ativistas feministas organizaram-se em assembleias nas universidades e escolas secundárias após as mobilizações estudantis de 2006 e 2011. Inspiraram e organizaram marchas massivas e ocupações de universidades durante os protestos do *Mayo Feminista* de 2018, que antecederam e alimentaram a revolta ou *estallido* social de 2019, revitalizando a sociedade civil chilena.<sup>2</sup> O movimento *Black Lives Matter* nos EUA foi organizado por autoproclamadas feministas e *queers* que se apoiam nas tradições organizativas e teóricas das mulheres negras feministas das Américas, especialmente do *Combahee River Collective* (Garza 2014; Ransby 2018).

O *Black Lives Matter* deixa evidente que os feminismos em todo o continente estão

<sup>2</sup> Ver Schild e Follegati (2018), Zerán (2018), De Fina Gonzalez e Figueroa Vidal (2019) e Contreras (2021).

articulados em uma vasta gama de espaços políticos, culturais, econômicos e sociais que se estendem muito além das organizações e redes de movimentos e de mulheres autodefinidas como feministas. Hoje, as feministas estão presentes em movimentos estudantis, sindicatos, lutas anti extrativistas, movimentos negros e indígenas, lutas territoriais urbanas e rurais, e muito mais. Por exemplo, a líder indígena Berta Cáceres integrou uma crítica explicitamente feminista à sua defesa do Rio Gualcarque contra projetos de megabarragens extrativistas e capitalistas em Honduras, antes de ser assassinada em 2016 (Curiel 2021). Dadas as férteis colaborações e a participação direta de feministas em outros movimentos pela justiça ambiental, étnica, racial, econômica e social, não deveria ser surpresa que os feminismos estejam na linha de frente dos protestos populares contemporâneos.

Nesta mescla de movimentos, o protesto feminista molda e remodela o terreno discursivo de luta, e é por ele remodelado. O feminismo introduz questões e ideias sobre a centralidade da chamada esfera privada, que normalmente não são debatidas em espaços mistos de gênero, e pressiona todo o espectro político a lidar com isso. Graciela di Marco (2017), por exemplo, descreve a intersecção entre as demandas feministas pró-aborto e as revoltas populares anti neoliberais na Argentina, no início dos anos 2000, como a formação de um novo ator coletivo, o *pueblo feminista*. Os protestos globais da década de 2010 também foram influenciados pelos feminismos, direta ou indiretamente. Sabemos, por exemplo, que feministas se organizaram como feministas no movimento espanhol anti austeridade, *Movimiento 15-M* ou *Indignados*, e em diversos *Occupy* em todo o mundo. Nesses movimentos de protesto, feministas desempenharam um papel fundamental nas tão comentadas práticas horizontais e táticas de ação direta, que se tornaram emblemáticas das ocupações e assembleias públicas (Eschle e Bartlett 2023; Eschle 2005).

Ao mesmo tempo em que o ativismo feminista influencia o protesto em geral, muitas disputas políticas no âmbito dos processos de protesto atuais giram precisamente em torno da violação das normas proclamadas de horizontalidade, inclusão, igualdade e ausência de violência. Ativistas feministas denunciam a persistência de desigualdades, sexismo, racismo e lesbo-trans-homofobia nos espaços de protesto. Exigem responsabilização e continuam a condenar a discriminação nas posições de poder e visibilidade política, além de denunciar o racismo, a homofobia, o assédio, o abuso sexual e até estupros em ocupações e acampamentos de protesto (Eschle 2018; Trujillo Barbadillo 2020).

Embora raramente comentado nos meios de comunicação social ou por analistas acadêmicos/as, há uma retroalimentação entre o protesto feminista e outros agenciamentos (ou *assemblages*<sup>3</sup>) de protesto contemporâneos, em um processo contínuo e iterativo (Parrilla 2020; Hilner, López e Badilla 2021). A radicalidade política de anarco-autonomistas influenciada pelas feministas, proeminentes nos eventos de protesto da década de 2010 e, mais recentemente, entre 2019 e 2024, teve um bis: em toda a região latino-americana, uma vasta gama de jovens feministas identificam-se agora com o DIY ou a cultura do faça você mesmo, bem como com as práticas igualitárias das gerações anteriores. A interação entre feministas e movimentos estudantis no Chile nas últimas duas décadas, descrita acima,

<sup>3</sup> O conceito de “*assemblage*” é definido por Deleuze y Guattari (1987) como “uma coleção de relações temporais entre entidades autônomas” que, uma vez em contato, constituem ou fazem emergir “novos conjuntos de possibilidades” (Deleuze y Guattari, 1987, p.10, citado em Conway et al., 2018, p.5). Para Conway et al. (2018), este conceito é particularmente útil para “descrever acertadamente os movimentos pós-2010 tal como se apresentam, ou seja, empiricamente” (De Fina, 2022, p.5). Aplicado a uma teoria feminista dos protestos, importa a sua essência de “um verdadeiro devenir” que surge a partir do encontro, montagem, ensamble entre partes que podem conectar-se, desconectar-se, reconectar-se a outras, criando propriedades emergentes, ao mesmo tempo em que criam agenciamentos e mantém sua autonomia (Alvarez, 2019; De Fina, 2022).

aprimorou os discursos de economia política entre feministas e integrou demandas por uma educação não sexista e pelo fim da violência sexual contra as mulheres no interior do movimento estudantil (Follegati Montenegro 2018; Schild and Follegati 2018; Miranda Leibe and Cerna Cerva 2023).

Por sua vez, o protesto feminista foi enriquecido por recentes ondas de protestos antirracistas, indígenas, ecológicos, decoloniais e anticapitalistas, adquirindo novas ferramentas e construindo alianças para contestar não apenas o patriarcado, mas outros vetores de opressão. Por exemplo, ao promover a re-politização do Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, em toda a região latino-americana e no mundo, a Greve Feminista, ou *Paro Internacional 8M*, forjou novas alianças entre feminismos. Aproximou feministas nos sindicatos e feministas que trabalham nos setores doméstico e informal, criando novos entendimentos sobre trabalho, cuidado e greve (Palmeiro 2018, Gago 2020).<sup>4</sup> As feministas têm abraçado cada vez mais a justiça climática e o ativismo antirracista, juntamente a compromissos anticapitalistas baseados na classe, intensificando alianças forjadas com outras forças progressistas em torno a estas questões.

A influência feminista está por toda a parte nos protestos contemporâneos. A persistência da opressão violenta e da expropriação, e o crescimento atual dos protestos, ajudaram a inspirar uma nova consciência antirracista e feminista entre muitos manifestantes e observadores, especialmente mulheres e “dissidências sexo genéricas”. Isso inspira mais práticas interseccionais entre pessoas já comprometidas. Por exemplo, como argumenta Barbara Ransby (2018), muitos jovens envolvidos no BLM estão obtendo da teoria negra feminista novos conhecimentos sobre poder.

Tal como um prisma, o feminismo se baseia na luz de outras lutas e refrata uma perspectiva feminista antirracista e anticapitalista em todas as direções.

**Tese 2:** Na América Latina, a confluência entre neoliberalismo e as limitações da Maré Rosa (período de governos de esquerda e centro-esquerda durante as duas primeiras décadas do século XXI) criaram as condições e possibilidades para este momento do protesto feminista.

Por que estão ocorrendo protestos feministas massivos na América Latina *agora*? Por que razão, depois de várias décadas de aparente “ONGuização” de amplos setores do feminismo, muitas vezes acusados amenizar ou suavizar o lado mais desafiador dos feminismos (Alvarez 1999, 2009; Thayer 2010), vemos centenas de milhares de pessoas em toda a região tomarem as ruas, desde a década de 2010? Os protestos começaram em muitos lugares com a *Marcha de las Putas* ou Marcha das Vadias – a versão latino-americana da *SlutWalk* – e marchas de mulheres negras no Brasil e na Colômbia em 2014 e 2015, em apoio a questões que antes eram tabus, como o aborto, os direitos LGBTQ+ e o fim das agressões e violência sexual.

---

<sup>4</sup> Como proclama eloquentemente Cecilia Palmeiro: “Esta transversalidade significa as *pibas* [meninas] ocupando as escolas, as funcionárias do metrô abrindo as portas para as pessoas viajarem gratuitamente no dia da votação, as mulheres que trabalham nas empresas telefônicas – encarregadas de monitorar e apoiar vítimas de violência doméstica, um dos poucos recursos disponibilizados pelo Estado – apoiando o movimento #NiUnaMenos e fazendo greve para se opor às perseguições políticas e às demissões (...) Essa transversalidade significa que conectamos as nossas lutas com as de outras mulheres, que nos espelhamos e multiplicamos. Neste sentido, os processos de construção dos 8M são centrais como rede e tecido microcapilar internacional. Sem a greve não haveria campanha pelo aborto, sem #NiUnaMenos não haveria greve, sem a Campanha Nacional pelo Aborto não haveria #NiUnaMenos, sem a série de Encontros Nacionais de Mulheres não haveria campanha, sem o que chamamos de ‘Internacional Feminista’ não estaríamos onde estamos agora” (2018, 562).

Enquanto alguns apontam para as crises inter-relacionadas e urgentes que afetam o mundo atual, - econômicas, climáticas, políticas e até civilizatórias - para explicar a efervescência global de protestos, argumentamos que estas crises expuseram simultaneamente as limitações das políticas promovidas pelo multiculturalismo neoliberal (Hale e Mullings 2020) e pela “perspectiva de gênero” que prevaleceu na América Latina durante o final dos anos 1990 e 2000.<sup>5</sup> As estratégias de busca de direitos centradas no Estado, por parte de setores significativos dos movimentos feministas durante a década de 1990, deixaram quase intactas as dimensões cotidianas, corporificadas, sexuais e estruturais da opressão, precisamente as dimensões que figuram com mais destaque no protesto feminista hoje.<sup>6</sup>

A partir dos anos 2000, elegem-se governos de esquerda e de centro-esquerda em países como Venezuela, Argentina, Brasil, Equador e Bolívia, período apelidado de Maré Rosa pelas suas tendências de esquerda e social-democratas. Apesar da sua ênfase na redistribuição e no bem-estar social, a Maré Rosa deixou de lado o corpo, a cultura, a sexualidade, o afeto, o cuidado, a antiviolença, o antirracismo e, em muitos casos, a descolonização, em um momento de crises econômicas e sociais mais amplas, enraizadas em um modelo de capitalismo global que procurava extrair lucros de todas as fontes disponíveis (Blofield, Ewig, and Piscopo 2017; Friedman 2019). As deficiências dos governos da Maré Rosa foram respondidas, a partir da década de 2010, com uma Maré Verde radicalizada e feminista, cujos protestos contra o racismo, o extrativismo, a precariedade econômica, o feminicídio e pelos direitos ao aborto e à justiça reprodutiva trouxeram todas estas questões para o centro das atenções. Em 2018, quase um milhão de pessoas defendendo o direito ao aborto agitaram lenços verdes em Buenos Aires, uma multidão que não podia ser ignorada. A Argentina legalizou o aborto em 2020, precedida apenas por Cuba (1965), Guiana (1995) e Uruguai (2012). O México e a Colômbia seguiram o exemplo do país mais austral do continente, frente a mobilizações feministas semelhantes (Sutton and Borland 2018, 2019; Fernández Anderson 2020; Sutton and Vacarezza 2021).

Apesar de alguns avanços, a América Latina ainda é considerada a região mais perigosa do mundo para as mulheres, onde se situam 14 dos 25 países com as taxas mais elevadas de feminicídio no mundo.<sup>7</sup> Nem mesmo os governos de esquerda e de centro-esquerda não trouxeram alívio a esta violência, que só piorou com a pandemia do Coronavírus. Frente à negligência, indiferença e participação do Estado na violência baseada no gênero, as feministas organizaram-se e fizeram do feminicídio uma palavra familiar. Em 2015, o assassinato de uma adolescente de 14 anos, grávida, por seu parceiro de 16 anos na Argentina,

---

<sup>5</sup> A “perspectiva de gênero” nas políticas públicas prevaleceu sob os governos neoliberais e foi percebida por muitos ativistas como um esforço para despolitizar as reivindicações feministas. O gênero tornou-se parte do léxico do planejamento técnico, um indicador de “modernidade” e “desenvolvimento” neutro em termos de poder, em vez de um campo carregado de poder nas relações desiguais entre mulheres e homens. O gênero foi utilizado *instrumentalmente* pelos burocratas estatais e pelos planejadores do desenvolvimento neoliberal. Ou seja, o gênero foi invocado com frequência pelos tecnocratas em termos da “necessidade de investir na educação feminina para servir aos objetivos de controle populacional e de bem-estar infantil ou à importância da participação das mulheres em organizações comunitárias para melhorar a prestação de serviços e ajudar nos esforços anti-pobreza” (Baden e Goetz 1997, 42, 43).

<sup>6</sup> Uma reação contra estas mesmas questões também animou a direita contemporânea nas Américas, oferecendo outro perigo e alvo para o protesto feminista.

<sup>7</sup> O termo *feminicídio* é uma expansão do termo *femicídio* originalmente cunhado por Jill Radfor e Diana Russell (1992). *Femicídio* é mais comumente usado no Norte global para designar o assassinato de mulheres porque são mulheres. Acadêmicas-ativistas latino-americanas basearam-se neste termo para elaborar a noção de *feminicídio*, que designa o assassinato de mulheres por serem mulheres (cis e trans), sob condições de impunidade estatal sistemática.

inspirou uma revolta em todo o continente em torno do slogan “¡Ni Una Menos!” [Nem uma mulher a menos!]. Protestos em massa eclodiram no Brasil, Bolívia, Chile, México, Peru, Paraguai, Uruguai e El Salvador, cada um com os seus próprios problemas de violência racializada e baseada no gênero. Movimentos sincronizados e cantos protagonizados por milhares de mulheres contra a violência estatal e sexual ecoaram nas praças e ruas do Chile, e logo em todo o mundo, por meio da letra da *Colectiva LasTesis*: “*El patriarcado es un juez, que nos juzga por nacer, y nuestro castigo, es la violencia que no ves*” [O patriarcado é um juiz, que nos julga por nascer, e nosso castigo é a violência que você não vê...] (Serafini 2020).

A violência é infligida com particular brutalidade aos corpos de mulheres - cis e trans - racializadas e de pessoas não binárias. É frequentemente perpetrada pelo próprio Estado ou encorajada pela sua negligência e cumplicidade. O Brasil, por exemplo, é o quinto país em termos de mortes violentas de mulheres no mundo. Ali, mais de 69% das mulheres vítimas de feminicídios são negras, e as mulheres negras têm duas vezes mais probabilidade de serem assassinadas do que as mulheres brancas. Além disso, as mulheres negras são 66% das vítimas de violência obstétrica (Agência Patricia Galvão, sd). Em 2022, pelo décimo quarto ano consecutivo, o Brasil teve o maior número de pessoas trans mortas no mundo, seguido pelo México e pelos Estados Unidos (Cristaldo, 2022). Essas taxas nos ajudam a compreender porque o feminismo e o antirracismo são hoje, como diz a teórica feminista Silvia Federici (2020), “a ponta de diamante de uma insurgência internacional.”

Ao dizer que o neoliberalismo e os fracassos da Maré Rosa são as condições que possibilitaram a insurgência feminista e a Maré Verde, pretendemos destacar que o protesto feminista contemporâneo é um esforço para transformar a esquerda e refazer as culturas e práticas de protesto. Não queremos dizer que estas foram respostas estruturais automáticas ou previsíveis à opressão. Ao contrário, os efeitos transformadores das mobilizações feministas incluem e vão além da “política corporal” frequentemente associada ao feminismo. Ao contestar as lógicas patriarcais, coloniais, capitalistas e racistas dos regimes neoliberais e pós-neoliberais na região, os protestos feministas expõem estruturas de poder e formas de governo amplas e interconectadas como alvos da luta política coletiva.

**Tese 3:** O feminismo está remodelando as formas de organização das esquerdas e do progressismo nas Américas

Do *Black Lives Matter* e *Say Her Name* ao *NiUnaMenos* e à Greve Feminista, da Revolta Chilena à greve geral colombiana, do *Paro Nacional* ao acompanhamento de imigrantes nas fronteiras, os feminismos contemporâneos desafiam as formas correntes de violência racializada, estatal, patriarcal, heteronormativa, extrativista e capitalista.

Os Movimentos *Black Lives Matter* - Movimento pelas Vidas Negras (BLM/M4BL) - centrou-se na análise e na resistência às violências interligadas usando enquadramentos (*frameworks*) feministas e *queer* (Garza, 2014; Ransby 2018). Embora com pouca ressonância nos EUA, a Greve Feminista mobilizou mulheres dos setores de trabalho formal e informal e tornou visíveis tanto formas de trabalho precário quanto o trabalho reprodutivo. Essas greves têm sido momentos de organização massiva em boa parte da América Latina, inspirando novas coalizões trabalhistas feministas, por vezes suprapartidárias (Gago 2020). As feministas também têm estado integralmente envolvidas no acompanhamento de imigrantes nas fronteiras e no acompanhamento ao aborto: ao estar presentes, atuam e oferecem o seu corpo às lutas dos outros, apoiando-os fisicamente enquanto confrontam,

atravessam fronteiras e protestam contra instituições e estruturas poderosas de opressão (Balaguera, 2020).

O envolvimento feminista nos levantes que ocorreram em vários países latino-americanos tornou as instituições políticas mais sintonizadas com as perspectivas e práticas feministas.<sup>8</sup> No Chile, a influência feminista pode ser percebida nas formas horizontais de auto-organização nos protestos, na posterior conformação de uma convenção constitucional com paridade de gênero e na eleição de um governo que se autoidentifica como feminista (De Fina 2022; de la Fuente 2022). O feminismo foi uma peça central para a coalizão eleitoral *Apruebo Dignidad*, que elegeu o presidente Gabriel Boric, um apoiador da Revolta Chilena (“Chilean Uprising”) de 2019 e líder dos movimentos estudantis que as precederam e inspiraram. As administrações anteriores do Partido Socialista de Michele Bachelet (2006-2010 e 2014-2018) já haviam nomeado gabinetes com paridade de gênero e demonstrado sensibilidades com agendas feministas (Thomas 2016). Boric superou essa marca, designando um gabinete majoritariamente feminino, com 14 mulheres nos 24 ministérios, muitas delas ativistas feministas de longa data. A proposta de Constituição que surgiu diretamente da Revolta foi elaborada por uma assembleia com paridade de gênero e incorporou uma série de reivindicações feministas históricas, incluindo o direito ao aborto e aos direitos reprodutivos, mostrando marcas evidentes da presença e poder feminista. Alguns especialistas atribuíram a rejeição do projeto de Carta Magna por parte dos eleitores precisamente à sua linguagem e conteúdo “excessivamente” feministas. De forma semelhante, Gustavo Petro, o primeiro presidente de esquerda na história da Colômbia, abraçou uma série de reivindicações feministas; a sua candidatura foi reforçada pela presença, como vice-presidente na sua chapa, da feminista afrodescendente Francia Marquez, ativista antirracista e defensora de longa data dos direitos de gênero e territoriais. A mobilização feminista de massas foi uma característica central da campanha presidencial, estimulada pelo trabalho do nascente movimento eleitoral feminista *Estamos Listas* (Oquendo 2022).

“*El feminismo se ha vuelto una necesidad*” [o feminismo se tornou uma necessidade], proclama a teórica feminista chilena Luna Follegati Montenegro (2018). Se a Maré Rosa foi reativa em relação aos feminismos — ao promover mudanças nos discursos e nas políticas apenas quando forçada pelo ativismo feminista e *queer*, como argumentam Merike Blofield, Christina Ewig, and Jennifer M. Piscopo (2017) - hoje os feminismos provocam transformações que são proativas, tanto nos movimentos de protesto massivos, como em vários governos e partidos de esquerda e progressistas do “segundo turno” da Maré Rosa na América Latina (Nueva Sociedad 2022).

Os feminismos representaram uma resistência fundamental para enfrentar os movimentos e governos anti-direitos (e antifeministas) da década de 2010 e também influenciaram e tornaram possível a “reexistência” de progressismos e lutas pela justiça social, racial, ambiental e sexual na década de 2020. Se as forças conservadoras e de extrema-direita constituem reações racistas, misóginas e lesbo-transfóbicas aos feminismos e às dissidências sexuais, a articulação política crescente e abrangente da mobilização feminista contemporânea promove respostas progressistas positivas em vários países.

As forças esquerdistas, anticapitalistas e antirracistas fariam bem em estar mais atentas às políticas e coalizões feministas interseccionais porque o feminismo, com a sua

---

<sup>8</sup> Ver De Fina Gonzalez e Figueroa Vidal (2019), Souza (2019), Márquez-Montaño (2020), e Alvarez (2022).

impressionante capacidade de mobilização e a sua crítica política feroz, está reconfigurando as esquerdas.

## PARTE II: CONCEITUALIZANDO O PROTESTO FEMINISTA CONTEMPORÂNEO

**Tese 4:** Os protestos feministas contemporâneos são produtivos.

Longe de serem politicamente inócuos, os protestos feministas são produtivos: combinando corpo, pensamento, símbolo, afeto, desejo e movimento, fazem coisas acontecerem. Por vezes, criam novos sujeitos políticos que não existiam previamente – como o “*pueblo feminista*” na Argentina, mencionado acima (di Marco 2017). A nossa própria Colectiva pode ser vista como um produto do protesto feminista.

As formas inovadoras de fazer política que o protesto feminista habilita são múltiplas. Protestos feministas produzem novas formas organizacionais, a exemplo das “*tomas feministas*” [ocupações feministas] chilenas em escolas e universidades, a partir das quais ativistas ocuparam instituições de ensino, exigindo um currículo não sexista e o fim do assédio sexual por parte de professores e colegas. Os protestos também introduzem formas políticas que contestam o poder hegemônico como um todo, conforme revelaram os protestos colombianos e chilenos que questionaram todas as instituições políticas formalmente constituídas. Slogans feministas como “*el estado no me cuida, me cuida mi mamá, mis amigas*” [o Estado não me cuida, me cuida a minha mãe e meus amigos] também acusam as instituições existentes e promovem realinhamentos em movimentos feministas e outros movimentos e campos de oposição, dando voz coletiva a muitas pessoas diferentes. O protesto feminista inspira esforços para a criação de novos arranjos institucionais, como foi o caso do processo da Assembleia Constituinte e da proposta de uma nova Constituição no Chile.

O protesto feminista também gera conhecimento, muitas vezes por meio do trabalho de tradução (Alvarez et. al 2014). Por exemplo, *Un violador en tu camino* [um estuprador no seu caminho], a performance feminista radical da *Colectiva LasTesis* contra a violência estatal e patriarcal, originada no Chile e que viajou pelo mundo (Serafini 2020), traduz explicita e pedagogicamente a teoria feminista decolonial para públicos amplos.<sup>9</sup>

Os protestos feministas desfazem ativamente as lógicas coloniais-capitalistas-patriarcais que reduzem os corpos femininos a objetos intercambiáveis e descartáveis. Eles aglomeram (ensamblam) corpos femininos no espaço público. Quando as feministas performam protestos corporificados nos seus próprios termos, elas se contrapõem a formas predominantes de violência que ocultam, relegam, desfiguram e, por vezes, até desmembram seus corpos (Segato 2016).

Feministas e aliados em protesto produziram conhecimento forense para documentar abusos, estupros, violações dos direitos humanos, assassinatos e outras formas de violência perpetradas pelo Estado ou por aqueles que o Estado não investiga nem processa (Friedman and Tabbush 2016; Orozco Mendoza 2017, 2019). Apoiando-se nas tecnologias digitais e redes sociais, feministas multiplicaram as suas fontes de informação (Friedman 2016; Brito

---

<sup>9</sup> “*LasTesis* é um coletivo feminista interdisciplinar, interseccional e transinclusivo (...) Entrevistas com elas indicam que sua performance foi inspirada nos escritos da antropóloga feminista argentina e pensadora decolonial Rita Segato, e que foi concebida como uma tentativa de traduzir suas teorias em um formato que fosse acessível àqueles que normalmente não as encontrariam” (Martin e Shaw 2021, 713).

2017; Buarque de Holanda 2018). Também usaram formas de organização popular, cuidado e solidariedade para criar memórias das mulheres mortas e expor a verdade da violência estatal e impunidade.<sup>10</sup>

De forma mais ampla, os protestos implicam por vezes intervenções ontológicas, redefinindo os próprios termos da luta em seu sentido mais fundamental. Desafiam, por exemplo, noções eurocêntricas e antropocêntricas do “mundo”.<sup>11</sup> Em meio a essas intervenções, as epistemologias feministas decoloniais oferecem novas perspectivas sobre os grandes desafios e a produtividade dos protestos contemporâneos.

Protestos, em si mesmos, produzem conceitos — a exemplo daqueles a favor dos territórios e da justiça reprodutiva (Fried 2013; Coryat 2019; Hernández Reyes 2019) ou contra o feminicídio (Palmeiro 2018; Sutton 2020; Sutton and Vacarezza 2021). O protesto feminista cria categorias em torno das quais cresce uma agenda política interseccional, como por exemplo quando os protestos ambientais feministas indígenas dão origem a novas categorias ambientais como *kawsak sachá*, ou floresta viva (Bernal 2021).

A democracia, por sua vez, é também um produto do protesto feminista (Alvarez 2019, 2021; Souza 2019; Alabao 2022). Ainda que o protesto feminista procure mudanças nas democracias institucionais, ele também prefigura uma democracia participativa substantiva em suas assembleias e outras práticas horizontais, e na reivindicação do espaço público para o debate e a ação.

O protesto feminista engendra emoções y afetos (Gomes e Sorj 2014). Transforma a forma como nos sentimos: por exemplo, altera a vergonha e o medo que nos prendem às estruturas de poder. Cria novas relações de pertencimento e de solidariedade.

O protesto feminista cria imagens e símbolos. Ressignificou símbolos antigos e inventou novos, que não apenas captam a atenção do público, mas também transmitem interpretações e criam identificações e solidariedades político-afetivas. É o caso do *pañuelo verde*, ou lenço verde, na Argentina, hoje um símbolo transnacional da luta pelo direito ao aborto (Vacarezza 2021). Os símbolos de protesto feministas, tais como as cruzes pretas e cor-de-rosa pintadas nas paredes e postes de iluminação em Ciudad Juárez pela organização anti-feminicídio *Voces Sin Eco*, estendem o momento das manifestações para a vida cotidiana (Orozco Mendoza 2017). Essas imagens e símbolos comunicam e fortalecem a força e vontade coletiva, criando memória viva e relacionando histórias de luta. Também geram mudanças sociais, como quando o uso generalizado de lenços verdes promove a descriminalização social do aborto no Cone Sul, ainda quando o seu estatuto jurídico permanece contestado (Gutiérrez 2021; Keefe-Oates 2021; Sutton and Vacarezza 2021).

As múltiplas manifestações de protesto sustentam o desejo de mudar tudo. O protesto feminista contemporâneo cria uma experiência de poder coletivo, uma “potência” (Gago 2020, 1) que ancora um sentido de futuro. Em suma, o protesto feminista é mais do que uma tática ou um kit de ferramentas; ele envolve-se com estruturas de poder, torna essas estruturas visíveis, e constrói a vontade coletiva e o poder para alterá-las.

---

<sup>10</sup> Alguns exemplos incluem as mães dos desaparecidos no México, o movimento de vítimas na Colômbia, e HIJOS (Filhos dos Desaparecidos) na Argentina e em outros lugares. Por exemplo, por meio da prática de *escraches* (protestos *in situ* que denunciam publicamente e envergonham os perpetradores de violência), e outros que expuseram a brutalidade policial e divulgaram imagens de sua crueldade, como o *Black Lives Matter* e manifestantes em todas as Américas atualmente.

<sup>11</sup> Ver Escobar (2008, 2015, 2020), Cadena (2015), Cadena e Blaser (2018) e Costa (2020).

**Tese 5:** O protesto feminista cria um *ethos* de cuidado contra o poder estatal patriarcal, capitalista, violento e negligente.

Os protestos feministas denunciam a dependência constitutiva do capitalismo à desvalorização e exploração do trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados, tanto remunerado como não remunerado (Bhattacharya 2017) por meio de manifestações como a Greve Feminista do 8 de Março e o *acompanhamento* – entendido como uma orientação, sensibilidade e disposição cultivada para se juntar-se às lutas de outras pessoas enquanto se esforçam para mudar as opressões estruturais (Tomlinson and Lipsitz 2019; Fregoso 2023).<sup>12</sup>

A Greve Feminista de 8 de Março na América Latina e em outras regiões articula uma multiplicidade de lutas por meio da sua crítica ao neoliberalismo e a demanda de que sejam desmanteladas as estruturas de exploração extrativista do trabalho pelo neoliberalismo, e seus mandatos de gênero que induzem à precariedade. Essa articulação de lutas resulta em compreensões renovadas do cuidado como uma prática anticapitalista e antineoliberal. Ligando as práticas de cuidados feministas à teoria da reprodução social, a Greve Feminista insiste que exploração (de classe) e opressão de gênero andam de mãos dadas e não podem ser reduzidas a processos separados. Isso é reafirmado em *slogans* de protesto como “*Nos queremos vivas, libres, y sin deuda*” [“Queremo-nos vivas, livres e sem dívidas”]. A Greve Feminista releva como questões como os feminicídios, as restrições ao aborto, a insegurança habitacional, os ataques às economias populares e as desigualdades de gênero constituem um ataque violento coordenado contra a classe trabalhadora e as pessoas marginalizadas (Cavallero 2020; Cavallero e Gago 2021).

As respostas feministas à ausência do Estado na prestação de serviços sociais sob o capitalismo neoliberal e a intensificação extrativista, a precarização e o apagamento cultural do trabalho reprodutivo, são tanto opositivas como prefigurativas. Manifestantes feministas não apenas se opõem ao Estado, mas implementam múltiplas formas de organização autônoma, incluindo o *acompanhamento*. Essas expressões da auto-organização feminista condenam a falta de cuidado, intensificada pelo Estado capitalista neoliberal, ao mesmo tempo em que promulgam e nomeiam um *ethos* de cuidado por meio do qual defendem-se, protegem-se e declaram-se responsáveis umas pelas outras. As feministas ativam relações de cuidado e *acompanhamento* durante e após ocupações massivas nas universidades e praças públicas. Estas relações cultivam o cuidado coletivo e preparam o terreno para a partilha de recursos materiais, promovendo a solidariedade e ensinando habilidades que são essenciais para um protesto duradouro. Com isso, estabelecem as bases para a construção de instituições e de uma nova sociabilidade a partir de baixo. Em última análise, a organização feminista autônoma ajuda a criar uma práxis feminista militante.

Protestos feministas também denunciam e contribuem para desnaturalizar a reivindicação estatal de uso legítimo da violência. As campanhas de protesto em curso em Ciudad Juarez, por exemplo, revelam como a violência extrema é parte integrante da estrutura patriarcal, colonial, racista e capitalista do Estado (Segato 2018). Nas performances de protesto, as feministas denunciam como “*el Estado opresor es un macho violador*” [“o Estado opressor é um macho estuprador”], conforme proclama enfaticamente o canto do Colectivo LasTesis. Em vários lugares, as práticas de *acompanhamento* são também uma rejeição a múltiplas formas de violência, incluindo o feminicídio. Essas práticas não fazem ingenuamente o trabalho do Estado, senão que exigem responsabilização ao criar segurança e ambientes de

<sup>12</sup> *Acompañamiento* também é discutido no manuscrito de Elva F. Orozco Mendoza “O contrato materno” (no prelo).

cuidado e justiça que o estado policial falha em proporcionar. Cuidado e *acompanhamento* são princípios fundamentais de protestos massivos como o #NiUnaMas [“nem uma a mais”] – o precursor mexicano de #NiUnaMenos – assim como de práticas ativistas que apoiam pessoas que procuram abortar (Bercu et al. 2022; Fregoso 2023).

A proliferação de discursos e práticas feministas de cuidado estende-se desde grupos de mulheres locais que levam (ou atiram, literalmente) comida a imigrantes que viajam no trem de carga *la Bestia* até a fronteira México-EUA (Balaguera 2019), às redes abolicionistas de acompanhamento jurídico que apoiam migrantes indocumentados e refugiados, em seus protestos e ações diretas (Balaguera 2020; 2023); e, ainda, às redes de apoio entre famílias de mulheres desaparecidas em Ciudad Juarez (Orozco Mendoza 2019). A pandemia do coronavírus trouxe mais visibilidade às práticas de cuidado, abrindo esferas de possibilidade para rearticular e reimaginar como se manifestam a autonomia, a solidariedade e a ajuda mútua inspiradas no feminismo. Quando e onde o Estado falha em cuidar-nos, as feministas nos apresentamos para cuidar da vida precária, inclusive nos próprios espaços de protesto, contribuindo com uma dimensão prefigurativa.

**Tese 6:** O protesto feminista implode o binarismo entre questões privadas e coletivas, e revela as opressões como interconectadas. Busca e promove uma ampla gama de alianças e coalizões para criar futuros alternativos.

Honrando a insistência das teóricas e intelectuais negras feministas, os protestos feministas veem todas as questões sociais e políticas como interligadas, da mesma forma em que põem em prática a interseccionalidade (Gonzalez 1988; Carneiro 2016). Especialmente a partir da década de 2010, o protesto feminista é multifacetado, entendendo racismo, exploração de classe, homofobia, violência ambiental, violência estatal, violência entre parceiros íntimos, e assim por diante, como fenômenos sempre interconectados e que requerem ações. Dessa forma, o protesto feminista raramente se restringe a uma única questão (por exemplo, lutar pelo aborto seguro e legal). Deseja “mudar tudo” – tomando emprestado o subtítulo do livro de Veronica Gago – ao mesmo tempo em que rejeita estratégias e discursos superficiais que pretendem colocar os feminismos em “segundo plano” (Naghibi 2023). O protesto feminista transforma questões sentidas e representadas, no discurso dominante, como privadas, vergonhosas, apolíticas e individuais, em queixas políticas partilhadas que são passíveis de transformação por meio da ação coletiva.

Por exemplo, feministas em todo o mundo há muito tempo lutam contra o enquadramento limitador de que as lutas pelo direito ao aborto sejam tratadas como uma questão individual e privada. Esse enquadramento frequentemente exclui experiências de mulheres negras, mulheres do Sul Global e pessoas trans e não binárias. Essa tensão é especialmente evidente nos Estados Unidos, onde as agendas “pró-vida” contrastam com entendimentos interseccionais de “justiça reprodutiva.” Enquanto isso, os protestos feministas latino-americanos traduzem compreensões interseccionais das realidades sociais em ações políticas eficazes: a Maré Verde dedicou-se em conectar a legalização do aborto e a luta pela democratização não apenas do Estado, mas da sociedade. Antes e paralelamente à Maré Verde, as ações clandestinas das *socorristas* (feministas que provêm cuidado e apoio ao aborto) em diferentes países da América Latina, permitiram o acesso ao aborto por meio de redes de acompanhamento a mulheres cujos direitos são negados por profissionais de saúde e pelo Estado (Burton e Peralta 2021; Vacarezza 2021). O *socorrismo* politiza o cuidado ao estabelecer redes de cuidado ao mesmo tempo em que transforma o aborto em uma responsabilidade compartilhada e coletiva (Bercu et al. 2022). Essa prática transforma

sentimentos de vergonha e de solidão para sentimentos de afeto e de apoio.<sup>13</sup>

O protesto feminista envolve-se na esfera jurídica, mas também vai além dela, buscando provocar mudanças culturais. Visto como parte de uma agenda interseccional mais ampla, o trabalho jurídico proporciona um centro estratégico em torno do qual mobilizar-se, sem restringir ou limitar o protesto feminista. Feministas como as *socorristas* desestigmatizam o aborto sem se limitar a exigir sua legalização. Feministas condenam o feminicídio e outras formas de violência de gênero, sem reduzir a sua visão de justiça ao punitivismo e sem desistir da sua crítica ao Estado masculinista. Em vez de simplificarem as suas exigências e renunciarem à sua visão de mudança em troca de concessões políticas, estas manifestantes lutam e promovem transformações abrangentes. No México, a “funeralização” da Cidade Juárez contesta os feminicídios ao mesmo tempo em que critica a inação do Estado (Orozco Mendoza 2017). No Chile, a *Asamblea Nueva Vulva* e outras assembleias reforçam a necessidade de cuidado próprio e coletivo que são, ao mesmo tempo, fonte de resistência aos poderes do Estado e fonte de apoio a outras pessoas no protesto. As assembleias combinam rebelião social pública com rebeldia privada, criando espaços horizontais e participativos de protesto (Tapía de la Fuente 2022).

Além disso, os protestos feministas usam de forma criativa as críticas decoloniais para reivindicar o corpo como território (em contextos urbanos e rurais baseados em acordos comunitários) e o território como corpo.<sup>14</sup> As feministas têm utilizado o protesto, nas suas múltiplas formas, como um campo pedagógico para promover a compreensão das raízes coloniais e extrativistas, bem como patriarcais, da violência de gênero e da sua reprodução institucional. Quando o protesto feminista toma o extrativismo como seu campo de luta, busca descolonizar, desconstruir e promover modos alternativos de vida e de pensamento que são fugazes e ao mesmo tempo visam a resistência (Gómez-Barris 2017; Hernández Reyes 2019).

Orientado por saberes relacionais e transnacionais, o protesto feminista cria coalizões que resistem e promovem visões do futuro nas quais a vida é mais do que mera sobrevivência. Estas lutas afirmam o território como fonte de nutrição espiritual e física, e o prazer como constitutivo da liberdade (Hernández Reyes 2019; Tapía de la Fuente 2022). Francia Márquez, ativista antipatriarcal e anticolonial de longa data pela vida e pelo território, e atual vice-presidente da Colômbia, insiste na necessidade de “*vivir sabroso*” [“viver deliciosamente”], uma noção que se embasa na força intelectual dos protestos das mulheres negras e feministas, e afirma o direito ao prazer e à alegria coletiva, não apenas a viver sem medo (Quiceno Toro 2016).

**Tese 7:** A produtividade política do protesto está inextricavelmente ligada à sua produtividade cultural, assim como expressões artísticas, especialmente performances, têm sido uma característica definidora dos protestos feministas contemporâneos.

Performances como protesto nas ruas, tal como a do *Colectivo Las Tesis*, e acompanhamento como protesto em espaços de intimidade, por parte de ativistas pelo aborto e pela justiça para

<sup>13</sup> Cora Fernández Anderson (2020), Julia Burton e Guillermina Trinidad Peralta (2021) e Chiara Bercu et al. (2022) apresentam experiências da Argentina (*Colectiva Feminista La Revuelta*, *Socorristas en Red*, *Red de Profesionales de la Salud by el Derecho a Decidir*), Chile (*Con Amigas y en la Casa*) e Equador (*Las Comadres*) sobre acompanhamento feminista ao aborto.

<sup>14</sup> Ver Laó-Montes (2016), Cabnal (2017), Paschel (2018) e Goes (2023).

imigrantes, ilustram como as intervenções culturais podem ser ferramentas poderosas que ressignificam experiências de vergonha e culpa, transformando-as em fúria e poder.

Performances acrescentam poder ao protesto feminista. Permitem múltiplas formas de comunicar mensagens, demandas e discursos feministas que reverberam entre públicos mais amplos e trazem ideias e ideais feministas para a vida cotidiana. Por exemplo, o uso de *pañuelos* verdes em vários países (inclusive nos Estados Unidos) e a performance amplamente reproduzida do *Colectivo Las Tesis* transformaram o senso comum em relação ao gênero, trazendo o feminismo para conversas em locais de trabalho, no transporte público e na esfera pública, concebida de forma ampla (Schild e Follegati 2018). Como resultado, o feminismo deixou de ser um palavrão em grande parte da América Latina. Simultaneamente, as performances amplificam afetos e identificações que produzem/ativam um público feminista (Vacarezza 2021).

Por meio da performance, o protesto torna visíveis a violência e a injustiça “invisibilizadas”, oferecendo uma linguagem política que alcança seu poder ao permitir que as participantes expressem sua raiva (Alia Trabucco in Zerán 2018). *Un violador en tu camino*, por exemplo, instaura uma recusa coletiva à violência de gênero e, simultaneamente, reivindica o “campo de aparição pública” para corpos e temas historicamente excluídos, ridicularizados e marginalizados (Butler 2015, 43). À medida em que as performances se tornam virais, elas amplificam as mensagens feministas a vários públicos e meios de comunicação, e são reproduzidas em outros protestos nas ruas, nas praças e online. A repetição, apropriação e adaptação, por sua vez, remodelam essas performances.

Feministas e outros atores em protesto usam o espaço público para interromper, questionar e reinterpretar a normalidade. Por exemplo, mensagens escritas na calçada para serem lidas de cima, típicas do *Black Lives Matter*, reaproveitam a infraestrutura da cidade e o trânsito do cotidiano. De forma semelhante, grafites feministas em barricadas instaladas ao redor do Palácio Nacional na Cidade do México, antes do 8 de março de 2021, com nomes de vítimas de feminicídio, e projeções gigantes com as palavras “México feminicida” e “aborto legal já” questionaram as barreiras militarizadas destinadas a conter protestos (Fulda 2021). Da mesma forma, performances feministas de protesto, como o *perreo combativo* [rebolado combativo] no *Verano Boricua* de 2019, em Porto Rico, retomaram o corpo e o prazer como práticas anticoloniais e antimachistas, pró-queer, pró-trans e pró-puta, uma arma da classe trabalhadora. Enquanto isso, vídeos de manifestantes trans no *Paro Colombiano* intensificaram a corporalidade que faz parte do protesto público, *queerizando-o* e imbuindo-o de alegria. Através destas expressões artísticas, os protestos feministas desestabilizam normas e expectativas e provocam transformações na cultura política dominante.

**Tese 8:** As emoções são poderosas fontes e meios dos protestos feministas.

Protestos feministas não apenas expressam, senão que criam e reelaboram emoções, de maneira a torná-las mais poderosas politicamente. Os protestos feministas expressam indignação, raiva e revolta, ao mesmo tempo em que criam alegria e expandem a capacidade de empatia, de reconhecer problemas partilhados e de praticar ajuda mútua. Os protestos engendram sentimentos de solidariedade e de resiliência em meio à ação coletiva nas ruas. A valência emocional do protesto é contagiante, e transforma espectadoras em participantes ativas.

Feministas incorporam emoções nos protestos ao transformar sentimentos de raiva, pesar, luto, tristeza, alegria, prazer e excitação erótica, teatralizando-os em expressões públicas

hiperbólicas. O protesto feminista propõe que emoções que são rejeitadas, proibidas e silenciadas podem, por vezes, ser plenamente sentidas e expressas apenas por meio das performances. A performatividade das emoções em protesto é uma contraestratégia feminista eficaz para resistir à vergonha, ao silêncio e ao medo que tentam impor os atos violentos, a agressão sexual, a homofobia, o feminicídio e o terrorismo de Estado. Nas performances de “*Un Violador en Tu Camino*”, por exemplo, as manifestantes rejeitam publicamente os sentimentos de vergonha gerados pela culpabilização das vítimas e difamação das mulheres, gritando coletivamente: “A culpa não é minha, nem onde eu estava, nem como me vestia.” O protesto torna-se, assim, um espaço para expressão emocional individual e coletiva, bem como um lugar para reelaborar significados, demonstrar e liberar emoções.

Embora a violência promova sentimentos avassaladores de abandono, isolamento e derrota, a ênfase feminista nas emoções partilhadas nos protestos confronta a desmoralização e a desmobilização. O *acompanhamento* transforma experiências solitárias e por vezes assustadoras, como o aborto e a migração sem documentos, em uma experiência partilhada. O *acompanhamento* oferece, portanto, a oportunidade de transformar vergonha, medo, tristeza e culpa, em conexão, beligerância, indignação e orgulho.

Os protestos feministas ativados pelo luto transformam rituais privados de funeral em protestos públicos. Atualmente, coletivos de mães no México e América Central mobilizam procissões fúnebres contra o feminicídio e exigem responsabilização dos envolvidos no desaparecimento de suas filhas (Orozco Mendoza 2017, 2019). Nas décadas de 1980 e 1990, usando táticas performáticas semelhantes, o ACT UP, grupo ativista de ação direta contra a AIDS, através de protestos – como a simulação coletiva de mortes e funerais políticos – transformou o pesar pelas mortes por AIDS em raiva pela indiferença do governo, e a vergonha de uma sexualidade estigmatizada em orgulho gay. Os protestos contra a violência racista também afirmam a centralidade das famílias e comunidades enlutadas e enfurecidas, reivindicando vidas dignas através de cânticos como “*Black Lives Matter*” [Vidas Negras Importam]. A representação do pesar e do luto pelas feministas cria, portanto, comuns afetivos, os quais atores dos campos progressistas e das esquerdas podem aprender, criando pontes entre experiências sentidas profundamente por outras pessoas. Nas sequelas da morte, do deslocamento e da expropriação, o protesto feminista forja solidariedades e recupera a vida, os corpos e os territórios.

Mais ainda, ao expressar raiva, cuidado, tristeza e amor em ações de protesto, o protesto feminista torna visíveis os efeitos normativos, o freio às emoções e a insistência na civilidade por parte das instituições políticas e dos discursos por públicos restritivos que reforçam a exclusão, o poder patriarcal e as violências normalizadas. Como se espera que sejam dóceis e comportadas, as mulheres não têm permissão para expressar “*emociones tan políticas como la rabia*” [“emoções tão políticas como a raiva”], como diz Alia Trabucco, in Zerán 2018, 154). A mobilização do afeto no protesto feminista desestabiliza as concepções dominantes dos sujeitos políticos como fundamentalmente racionais e instrumentais, desprovidos de afetividade e paixão.

Em suma, protestos feministas têm e exercem um poder expressivo e emocional, ao realizar ações pelo mundo. O trabalho emocional do protesto feminista transforma o significado da política, reorganiza instinto e sentidos corporais, promove coletividades e transforma espectadoras em participantes.

### PARTE III. UMA AGENDA PARA UMA TEORIA FEMINISTA DO PROTESTO

**Tese 9:** O protesto é sempre marcado pela contingência.

Uma teoria do protesto que decide o que é protesto antes do fenômeno – por exemplo, se é individual ou coletivo, massivo ou não, uma grande manifestação ou uma pequena performance – corre o risco de excluir ou ignorar o imprevisível, o produtivo e o transformador que o protesto pode conter e gerar. Táticas, comportamentos e o próprio protesto em si mesmo, não são apenas “ferramentas a ser usadas”, mas as próprias razões pelas quais debatemos e lutamos.

Durante a década de 2010, protestos feministas desafiaram ideias tradicionais sobre o trabalho, nas esquerdas, ao propor greves nos trabalhos doméstico e de cuidados. Outras manifestantes feministas desafiaram noções de moralidade e comportamento sexual apropriado, ressignificando ideias de vadias, putas e vagabundas, ao estampar seus corpos com slogans, vestir roupas curtas e decotadas e *andando en tetas* [aparecendo com os seios nus] durante marchas pelas Américas. Resignificaram a imagem da mulher promíscua (puta), passando de uma figura de vergonha para uma figura de liberdade sexual e corporal (Gomes e Sorj 2014).

As redes *online* entre feministas, o uso de símbolos transnacionais e a tradução de táticas que cruzam fronteiras nacionais também são uma parte importante dos protestos na década de 2010 (Alvarez et al. 2014). Essas mobilizações prolongam o protesto no tempo e no espaço, ao mesmo tempo em que possibilitam a renovação dos símbolos de protesto.

Em vez de ser modular ou previsível, o protesto feminista contém múltiplos futuros possíveis. A contingência do protesto não é motivo de preocupação ou medo, de niilismo ou desistência. Pelo contrário, porque o protesto é sempre marcado pela contingência, ele é perpetuamente renovável. Isso aponta para um futuro ativista aberto, caracterizado pela experimentação, possibilidade e intervenção ativa nas relações do dia-a-dia. Esse é um futuro para o qual o protesto é especialmente adequado na sua capacidade de acomodar contextos e circunstâncias em constante mudança.

**Tese 10:** Sucesso e fracasso, medidos pelo horizonte de provocar a ação e a política do Estado, não são unidades de análise úteis para uma teoria feminista do protesto.

Contra um binarismo estático de sucesso ou fracasso, enfatizamos a fluidez e a contingência das trajetórias de protesto. Estes não podem ser previstos ou julgados antecipadamente e, muitas vezes, produzem resultados inesperados ou paradoxais. O “fracasso” no protesto é quase sempre produtivo (Castillo 2022), enquanto o “sucesso” no protesto pode ser facilmente desviado e redirecionado por meio de mecanismos institucionais. Além disso, uma teoria feminista do protesto que busca garantias ou resultados concretos de parte do Estado, corre o risco de perder, ou sub-representar, as intenções e a miríade de efeitos dos protestos que não são apenas sobre a ação estatal, ou que desafiam a própria legitimidade do Estado.

Alguns afirmam que uma tática ou uma forma deixa de ser válida assim que é apropriada pela oposição. Uma teoria feminista do protesto afirma que as estruturas e formas existentes podem ser subvertidas e rearticuladas para fins novos e emancipadores, sem estarem totalmente sujeitas a essas estruturas. Por exemplo, a ACT UP reutilizou códigos da publicidade de massa para criar arte de protesto. Por outro lado, as forças não-feministas ou antifeministas podem utilizar as táticas e formas de protesto feminista. Isso ocorre quando

forças antiaborto organizam *sit-ins* (*manifestações nas quais as pessoas ficam sentadas*) em frente às clínicas. O uso dessas táticas não significa que tenham sido totalmente cooptadas, desradicalizadas ou inutilizadas. Tratar qualquer vitória da oposição como cooptação também reforça o binarismo excludente entre sucesso e fracasso.

Apesar de ter sido considerado caótico, amador e ingênuo por parte da esquerda ou mais amplamente pelo *mainstream* por não ter demandas ou realizações concretas, o *Occupy Wall Street* (#OWS) transformou a compreensão pública e o discurso sobre a desigualdade social neoliberal, criando uma ampla identificação popular com “os 99%” e, em última análise, ajudou a alimentar a campanha de Bernie Sanders e a esquerda ressurgente do Partido Democrata. Mais de 900 outros protestos do *Occupy* pelos EUA e em todo o mundo envolveram dezenas de milhares de pessoas em práticas comunitárias, como o fornecimento de alimentos, a criação de bibliotecas e a realização de assembleias, como fóruns de debate e tomada de decisões. Isso popularizou e difundiu amplamente práticas de horizontalidade e ação direta de inspiração feminista.

#OWS também teve outros desdobramentos não previstos, como o #Occupy Debt, que tornou a dívida e a precariedade econômica questões coletivas em vez de individuais; e o #Occupy Sandy, que forneceu ajuda essencial a moradores de Nova Iorque depois da devastação causada pelo furacão quando a Agência Federal de Gestão de Emergências falhou em apoiá-los. Estas “réplicas” ou desdobramentos dos protestos exemplificam o potencial transformador do horizontalismo frente à indiferença ou incapacidade do Estado, assim como quando assembleias de vizinhos criaram economias alternativas de troca após a crise argentina de 2001 (Sitrin 2006).

Na América Latina, os movimentos de elaboração de constituições desafiaram o binarismo sucesso/fracasso normalmente utilizado para compreender os seus resultados. No Equador, propostas constituintes de atores da sociedade civil, como o movimento indígena do país, resultaram em mudanças históricas sem precedentes, incluindo o que, naquele momento, parecia um novo e revolucionário modelo de desenvolvimento político (“*Buen Vivir*” ou “viver bem”) para aliviar a pobreza e promover bem-estar ambiental e coletivo (Benal 2017). O Equador tornou-se o primeiro país do mundo a declarar a natureza um agente com direitos constitucionais. No entanto, logo após a Assembleia constitucional, governos subsequentes promoveram novas atividades extrativas, abrindo regiões biodiversas na Amazônia e levando à violência e ao deslocamento de povos indígenas (Coryat 2019; Riofrancos 2020; Bernal 2021). Apesar das falências da Constituição, os protestos da última década, cada vez mais liderados por mulheres indígenas e não indígenas, empregaram conceitos consagrados na Constituição como discursos de protesto contra o Estado (Sempértegui 2021).

Embora a revolta chilena de 2019 não tenha sido desencadeada pelo desejo de mudança na Constituição, a aspiração por uma refundação do pacto social passou a identificar-se como um propósito, e 79% da população votou “sim” no Referendo de outubro de 2020 sobre a constituinte. Manifestantes participaram ativamente da assembleia constituinte, elaborando uma das propostas mais progressistas do mundo. O sucesso do protesto feminista foi evidente no apoio popular à paridade de gênero entre os delegados da convenção, e pela inclusão de agendas feministas no projeto. O texto, no entanto, foi posteriormente rejeitado pela cidadania, e uma nova assembleia, desta vez dominada por setores conservadores, gerou um novo projeto, mais reacionário do que a Constituição da era Augusto Pinochet. Mobilizações feministas foram essenciais para a derrota desse projeto em um segundo plebiscito popular.

Rejeitar o *estallido social* e os protestos que o precederam e moldaram por causa da derrota

do primeiro processo constitucional é ignorar o impacto cultural e politicamente transformador dos protestos em si mesmos. Essa interpretação de sucesso e fracasso desafia a sabedoria convencional de que o protesto é inerentemente “ineficaz” quando comparado às formas convencionais de participação política, como o voto ou o *lobby*. A eficácia do protesto reside precisamente no fato de poder reelaborar os termos do sucesso, do fracasso, da política e do poder nas suas diversas expressões.

**Tese 11:** O protesto feminista pode ser como um flerte ou um caso de amor passageiro.

A efemeridade do protesto contemporâneo (e a natureza impermanente dos grupos e *coletivas* que normalmente organizam protestos hoje em dia) fez com que alguns analistas considerassem estes protestos um fracasso e questionassem a sua seriedade e valor. O protesto contemporâneo é, muitas vezes, mais parecido com um flerte ou uma relação casual, do que com uma parceria estável e duradoura. Os protestos do século XXI frequentemente assumem a forma de um caso de amor passageiro, em vez de acordos de casamentos a longo prazo, como ocorria nas organizações de direitos civis do século XX que tinham membros permanentes, a exemplo da *Southern Christian Leadership Conference* ou da NOW. No lugar de organizações baseadas em membros permanentes, a era atual de protesto convida ao transitório e ao “anarquitônico” – uma fusão entre o anarquismo e uma recusa à normatividade da permanência (Halberstam 2018; Bey 2022). No protesto feminista, estas tendências transitórias produzem agenciamentos (*assemblages*) ativistas, que reorganizam segmentos do campo feminista, estimulando a criação de coletividades mais fluidas e informais, que são rizomáticas e recombinantes.

Uma leitura feminista *queer* do protesto contemporâneo abraça o transitório e aponta como o compromisso, a seriedade e os entendimentos convencionais de sucesso são supervalorizados. Esta reelaboração do protesto feminista como um caso passageiro que reúne ou ensambla (*assembles*) corpos, afetos e intuições, permite questionar como a heteronormatividade molda essas determinações de valor.

Teóricas *queer* e feministas há muito desafiam os julgamentos não questionados sobre relacionamentos e intimidade na cultura heteronormativa. Algumas feministas lésbicas promovem relacionamentos poliamorosos, bem como reconceitualizações do amor e da família que desmascaram as normas heterossexuais (Olson 2014; Willey 2015, 2016; Tallbear and Willey 2019). *Queers* encontraram valor e realização nas diversas formas sociais nascidas dos encontros evanescentes de uma noite, de flertes casuais em praças e parques públicos, e através de redes de ex-amantes de casos breves, mas apaixonados. Uma teoria feminista *queer* do protesto não desvaloriza as formas mais transitórias de contato, evidentes nos encontros de curta duração característicos das performances de protesto (Delany 1999; Ahmed 2017).

Quando julgamos tudo pelo padrão da permanência, perdemos o valor potencial da efemeridade – o entusiasmo, a energia, a paixão, a criatividade. A natureza fugaz e recombinante do protesto contemporâneo não o torna menos valioso, poderoso, íntimo ou transformador. Pode, inclusive, proporcionar possibilidades para sermos mais inclusivas, multi-temáticas, democráticas e pessoalmente realizadas. Uma teoria feminista contemporânea chama a atenção para o potencial de diferentes temporalidades presentes no protesto: aceleração, persistência, desaparecimento (Prior e Hubbard 2017).

Assumir a forma de um caso fugaz ou um flerte casual não significa que os prazeres do protesto sejam isentos de riscos. Tal como as culturas sexuais públicas *queer*, significa expor o corpo na rua e estar vulnerável à violência e à repressão (Califia 1994; Bersani 1996;

Butler 2015). Além disso, o protesto feminista dificilmente é uma festa de amor: conflito, discórdia e dissensos são abundantes. Analisar essas tensões é o trabalho da etnografia feminista, que várias de nós abraçamos em nossos trabalhos individuais.

“Colocar o corpo” (“*poner el cuerpo*”), como nos diz Barbara Sutton (2007), envolve tanto a presença de corpos em marchas e atividades, como o trabalho ativista diário, às vezes relutante, em assembleias, reuniões, ensaios, articulações (Sutton 2007). O protesto é de fato muito parecido com práticas *queer* de flerte ou paquera, que muitas vezes envolvem olhares furtivos, espera, tédio e formas encobertas de organização.

### **Tese 12:** O protesto pode ser efêmero, mas deixa rastros.

Os protestos, como todas as performances ao vivo e ações corporificadas, têm um caráter transitório. São atos de demonstração pública, de mostrar-se enviando mensagens através do corpo.<sup>15</sup> Como dimensão corporificada das lutas sociais, são efêmeros, disruptivos e capazes de interromper o fluxo habitual da política.

Protestos ocorrem tanto como atos performativos presenciais quanto como registros que ampliam, prolongam e amplificam o seu impacto. Os protestos deixam “vestígios, vislumbres, resíduos e manchas”, muitas vezes na forma de objetos como monumentos, grafites, fotografias, postagens em redes sociais e outros vestígios tangíveis (Muñoz 1996, 10). Esses objetos prolongam as temporalidades do protesto, mudando a narrativa do presente e proporcionando um legado duradouro do ativismo que os inspirou (Fuentes 2019).

A efemeridade dos protestos pode, então, tornar-se um convite a novos protestos, dando as boas-vindas ao público e potencialmente transformando-o em sujeitos ativistas. Arquivos de arte e ativismo, como registros fotográficos e documentais, garantem a memória e a propagação do que foi produzido no e pelo protesto e podem alimentar novas instancias.

Os vestígios do protesto feminista viajam e são recolhidos – por vezes, literalmente, do chão – por ativistas que ampliam as possibilidades do protesto inicial por meio de processos como a memorialização em arquivos vivos. Ao contrário dos monumentos coloniais e nacionais que as manifestantes feministas destroem, os arquivos vivos são constantemente retomados e refeitos pelo protesto feminista. Por exemplo, o Museu do *Estallido Social* no Chile comemora o ativismo de 2019 e seus desdobramentos. Exibe arte de protesto, fotografias, vídeos e instalações de e sobre todo o espectro de protestos e manifestantes. Documenta as reações do governo e a repressão violenta do levante.

Os arquivos vivos também se movimentam na forma de objetos de protesto, como no caso das *arpilleras*<sup>16</sup> e dos *pañuelos bordados* antifeminicídios. Os bordados produzidos por mulheres documentam violações de direitos humanos e a violência estatal nas comunidades, sendo projetados para viajar pelo mundo.

Insistindo em que o protesto não será aniquilado, os vestígios das manifestações feministas servem como um lembrete de que os protestos não podem ser facilmente suprimidos e irão regressar, ressurgindo ao longo do tempo e colocando uma ameaça iminente ao Estado e a outros poderes hegemônicos. Esses traços sobrevivem e viajam pela América Latina e para

<sup>15</sup> Os aspectos corporais do protesto, contudo, vão além de protestar com o corpo. Ver Sutton (2007) sobre as diferentes formas de “*poner el cuerpo*” em protesto.

<sup>16</sup> *Arpillaria* é uma técnica têxtil-política de relatos por meio de fios e tecidos, muito utilizada por mulheres no Chile e outros países latino-americanos em protestos e denúncias, especialmente desde os períodos de ditaduras militares.

além, nos adesivos, pins, fotos, cartazes, músicas, na *mano naranja*, (mão laranja) usada por ativistas uruguaias pelo direito ao aborto, no *pañuelo verde*, nas cruzes pretas e rosas pregadas na Ciudad Juárez, as vendas de olhos pretas das apresentações de “*Un violador en tu camino*”, nos contornos de corpos desenhados com giz nos protestos antifeminicídio e contra a violência policial, e outros objetos visuais e materiais.

Quando os vestígios atravessam fronteiras, são capazes de criar, reforçar e ampliar redes de solidariedade (Stites Mor e Suescun Pozas 2018). A presença de *pañuelos verdes* nos recentes protestos pelo aborto nos EUA ilustra essas viagens e seu potencial para a solidariedade translocal.

Embora tenhamos nos concentrado nos rastros materiais deixados pelos protestos, as manifestações também deixam profundos vestígios culturais, políticos e emocionais. De *Black Lives Matter* a *#Ni Una Menos* a *Somos 99%* vislumbramos alguns dos legados políticos e culturais duradouros dos recentes protestos, que criaram mudanças culturais no reconhecimento da violência estatal contra os afro-americanos, do feminicídio e da desigualdade social.

**Tese 13:** O protesto é sempre marcado por uma combinação entre ruptura e continuidade.

Embora o protesto feminista contemporâneo seja frequentemente representado como inteiramente novo, ele se refere e se baseia no ativismo passado.

Ao invés de progredirem em ondas, os discursos e práticas de protesto feminista contemporâneo revelam continuidades e também descontinuidades com os feminismos de décadas anteriores. Como ilustramos, há muita coisa “grande”, nova e inovadora no momento atual do feminismo e na onda feminista global de protestos em massa. No entanto, este momento não surgiu no vácuo. Para além da sua enorme dimensão e da renovada visibilidade pública, os protestos feministas de hoje baseiam-se, citam e reiteram estrategicamente momentos e movimentos de protesto feministas anteriores.

Diferentes momentos de protesto estão diacronicamente ligados, inextricavelmente entrelaçados. O protesto feminista renova e inova. É informado por múltiplas histórias e também impulsionado por co-temporalidades de lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas, ao mesmo tempo em que as revitaliza e reinventa continuamente. Em 2005, a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto na Argentina reaproveitou estrategicamente os lenços brancos que vinham sendo usados pelas Mães da Praça de Maio, estampados com nomes e imagens das pessoas desaparecidas sob a ditadura militar no país. Os lenços tornaram-se verdes. A própria vestimenta carregava fortes conotações emocionais, culturais e políticas – traços prontamente associados à árdua luta pelos direitos humanos e contra o terrorismo de Estado. Além disso, a cor verde sinalizou a autonomia, novidade e singularidade dos protestos, uma vez que não estava associada a nenhum símbolo nacional, partido político ou causa específica (Sutton e Vacarezza 2021).<sup>17</sup> Como já mencionado, a efervescência da revolta chilena de 2019 teve uma conexão direta com as redes forjadas nos protestos estudantis de 2006 e 2011. Esses, por sua vez, foram dramaticamente engendrados e radicalizados pelas práticas horizontais e lutas antipatriarcais dos comitês e *colectivas* feministas que se formaram ao interior dos movimentos estudantis, e lideraram as *tomas*

<sup>17</sup> Manifestantes antiaborto na Argentina “cooptaram” a ideia do lenço, tornando-os azul celestial, a cor da bandeira argentina.

(ocupações) feministas de 2018. Os debates feministas que provocados nas *tomas* se propagaram das universidades e escolas secundárias para salas de estar e espaços públicos em 2018, transformando o senso comum sobre gênero e sexualidade no Chile.

Qualquer enquadramento de completa novidade é uma sub-representação, pois ofusca as longas histórias de protesto que tornam possíveis as constelações de resistência contemporâneas. Não obstante, estamos entusiasmadas com o momento atual de protestos feministas monumentais que está renovando teorias, enquadramentos e mundos feministas.

### **Pressagiando o futuro**

Por todas estas razões, nós acreditamos no protesto feminista *em si*, não apenas subsumido no estudo dos movimentos feministas, merecendo mais atenção analítica e elaboração teórica do que recebeu até agora. O protesto tem sido, sem dúvida, uma característica central dos movimentos feministas em locais específicos e em momentos históricos particulares. Não obstante, nós reafirmamos que o protesto é significativo e impactante independentemente da sua relação direta com movimentos sociais ou das consequências imediatas para a dinâmica organizacional dos movimentos; independentemente, também, de seus objetivos declarados, e dos resultados de políticas públicas. Os protestos recarregam o ativismo, (re)inventam objetivos e frequentemente fomentam resultados imprevistos.

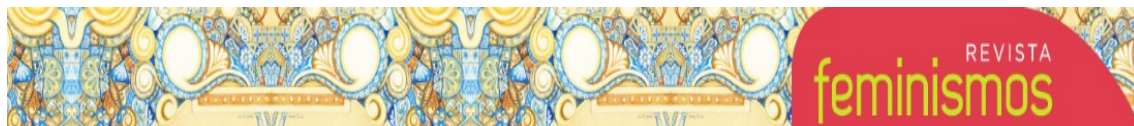
Além disso, enquanto agenciamentos (*assemblages*) ativistas, os processos de protesto reorganizam os componentes cada vez mais diversos dos campos feministas, criando articulações informais, rizomáticas e efêmeras. Protestos feministas e outros protestos populares das últimas décadas são, neste sentido, generativos. Por vezes, produzem novas formas organizacionais e enquadres interpretativos e geram realinhamentos em campos ativistas. Ocasionalmente, como já observamos, também inspiraram novas leis e acordos institucionais.

Propomos, para encerrar, que estas formas produtivas e recombinantes de protesto pressagiam formatos e práticas que movimentos sociais assumirão no futuro. Muitas expressões contemporâneas de feminismos em protesto assumem a forma de agenciamentos (*assemblages*): recompilam, rearranjam e reorganizam partes do ativismo no interior dos campos feministas, de modo que é cada vez mais difícil delinear politicamente esses campos. Hoje, os feminismos podem combinar protestos explosivos com expressões virtualmente coreografadas e organizações mais sólidas, “de tijolo e argamassa”, que podem, no entanto, ser mais transitórias, ou menos pesadas, a nível organizacional, do que no passado. Para compreender melhor o protesto, precisamos teorizar esses processos de devir, transformação e difusão e investigar os processos político-culturais que ativam corpos e afetos, sempre explorando se e como eles são permeados pelos feminismos.

Center for Latin American, Caribbean, and Latino Studies  
University of Massachusetts Amherst (Alvarez)

Department of Political Science  
University of Toronto (Balaguera)

Department of Political Science  
University of Massachusetts Amherst (Bernal)



Department of Sociology  
University of Brasília (Carvalho)

Sociology and Feminist Studies  
Hampshire College (Cerullo)

Department of Gender and Women's Studies  
University of Arizona (Doherty)

Departamento de Género, Política y Cultura  
Universidad de Playa Ancha, Chile (de Fina Gonzalez)

Department of Politics  
Mount Holyoke College (Henderson)

Department of Political Science and Women's, Gender, and Sexuality Studies  
University of Connecticut (Orozco Mendoza)

Department of Political Science  
University of Massachusetts Amherst (Thayer)

## References

Agência Patricia Galvão. n.d. "Dossiê Violência contra as Mulheres: Violência e Racismo" [Report on violence against women: Violence and racism]. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-e-racismo/>.

Ahmed, Sara. 2017. *Living a Feminist Life*. Durham, NC: Duke University Press.

Alabao, Nuria. 2022. "Por uma democracia feminista (sempre em construção)" [For a feminist democracy (always in construction)]. *Nueva Sociedad* (October). <https://nuso.org/articulo/EP22-democracia-feminista-construcao/>.

Alvarez, Sonia E. 1999. "Advocating Feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom.'" *International Feminist Journal of Politics* 1(2):181–209.

———. 2009. "Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America." *Development* 52(2):175–84.

———. 2019. "Feminismo en Movimiento: Feminismo en Protesto." *Revista Punto Género* 11:73–102.

———. 2021. "Afterword—Embodying Democracy: Protest and Politics in the Southern Cone." In Sutton and Vacarezza (2021), 246–51.

———. 2022. "Protesto: Provocações Teóricas desde os Feminismos" [Protest: Feminist theoretical provocations]. *Pólis: Revista Latinoamericana* 61:98–117.

Alvarez, Sonia E., Claudia de Lima Costa, Verónica Feliu, Rebecca Hester, Norma Klahn, and Millie Thayer, eds. 2014. *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Américas*. Durham, NC: Duke University Press.

Baden, Sally, and Anne Marie Goetz. 1997. "Who Needs [Sex] When You Can Have [Gender]? Conflicting Discourses on Gender at Beijing." In *Women, International*



Development, and Politics: The Bureaucratic Mire, edited by Kathleen Staudt, 37–58. Philadelphia: Temple University Press.

Balaguera, Martha. 2019. “Citizenship in Transit: Perils and Promises of Crossing Mexico.” PhD dissertation, University of Massachusetts Amherst.

———. 2020. “‘Would You Come with Me to the Line?’ Lawfare and Legal Accompaniment at the US-Mexico Border.” Association for Political and Legal Anthropology, September 15. <https://politicalandlegalanthro.org/2020/09/15/would-you-come-with-me-to-the-line-lawfare-and-legal-accompaniment-at-the-us-mexico-border/>.

———. 2023. “Frontier Caravans: Protest Performativity and the Making of Transnational Political Subjects.” Paper delivered at the University of British Columbia, Okanagan Campus, February 17.

Bercu, Chiara, Heidi Moseson, Julia McReynolds-Pérez, Emily Wilkinson Salamea, Belén Grosso, María Trpin, Ruth Zurbriggen, et al. 2022. “In-Person Later Abortion Accompaniment: A Feminist Collective-Facilitated Self-Care Practice in Latin America.” *Sexual and Reproductive Health Matters* 29(3):121–43.

Bernal, Angélica María. 2017. *Beyond Origins: Rethinking Founding in a Time of Constitutional Democracy*. New York: Oxford University Press.

———. 2021. “Ecuador’s Dual Populisms: Neocolonial Extractivism, Violence, and Indigenous Resistance.” *Thesis Eleven* 164(1):9–36.

Bersani, Leo. 1996. *Homos*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bey, Marquis. 2022. *Black Trans Feminism*. Durham, NC: Duke University Press.

Bhattacharya, Tithi, ed. 2017. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto.

Blofield, Merike, Christina Ewig, and Jennifer M. Piscopo. 2017. “The Reactive Left: Gender Equality and the Latin American Pink Tide.” *Social Politics* 24:345–69.

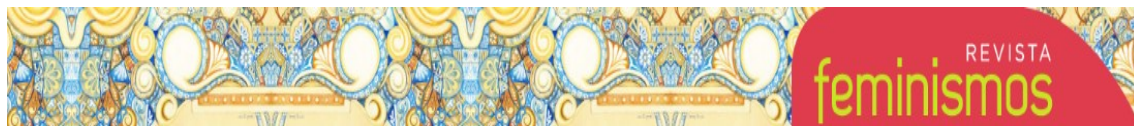
Brito, Priscilla Caroline de Sousa. 2017. “Primavera de mulheres’: Internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015” [Women’s spring: Internet and dynamics of protest in feminist manifestations in Rio de Janeiro in 2015]. Master’s thesis, sociology, Federal University of Rio de Janeiro.

Buarque de Hollanda, Heloisa. 2018. *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade* [Feminist explosion: Art, culture, politics, and university]. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Burton, Julia, and Guillermina Trinidad Peralta. 2021. “Un aborto feminista es un aborto cuidado: Prácticas de cuidado en el socorrismo patagónico” [A feminist abortion is a careful abortion: Care practices in Patagonian feminist abortion solidarity]. *Revista Estudos Feministas* [Feminist studies journal] 29(2):1–13.

Butler, Judith. 2015. *Notes toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Cabnal, Lorena. 2017. “Tzk’at: Red de sanadoras ancestrales del feminismo comunitario desde Iximulew-Guatemala” [Tzk’at: Network of ancestral community



feminist healers from Iximulew-Guatemala]. *Ecología política (Political ecology)* 54:98–102.

Cadena, Marisol de la. 2015. *Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds*. Durham, NC: Duke University Press.

Cadena, Marisol de la, and Mario Blaser, eds. 2018. *A World of Many Worlds*. Durham, NC: Duke University Press.

Califia, Patrick. 1994. *Public Sex: The Culture of Radical Sex*. Pittsburgh: Cleis.

Carneiro, Sueli. 2016. “Women in Movement.” Translated by Regina Camargo. *Meridians* 14(1):30–49.

Castillo, Carmen. 2022. “De la derrota surgen derroteros” [From defeat, paths emerge]. *Le Monde Diplomatique*, December. <https://www.lemondediplomatique.cl/2022/12/de-la-derrota-surgen-derroteros.html>.

Cavallero, Lucía. 2020. “Labor, Debt, and Reproduction: The Feminist Strike as a Revolution of Everyday Life.” *New Global Studies* 14(2):133–39.

Cavallero, Lucía, and Verónica Gago. 2021. *A Feminist Reading of Debt*. Translated by Liz Mason-Deese. London: Pluto.

Contreras, María José. 2021. “Poniendo los cuerpos en la lucha contra la violencia basada en el género: El tsunami feminista en Chile el 2018” [Putting our bodies on the line in the battle against gender-based violence: The feminist tsunami in Chile in 2018]. *Taller de letras [Letter shop]* 68:162–80.

Conway, J. M., Osterweil, M. y Thorburn, E. (2018). Theorizing Power, Difference and the Politics of Social Change: Problems and Possibilities in Assemblage Thinking. *En Studies in Social Justice*, 12(1), 1-18.

Coryat, Diana. 2019. “Social Movements and Media Cultures in Defense of Life and Territory.” In *Media Cultures in Latin America: Key Concepts and New Debates*, edited by Anna Cristina Pertierra and Juan Francisco Salazar, 160–80. New York: Routledge.

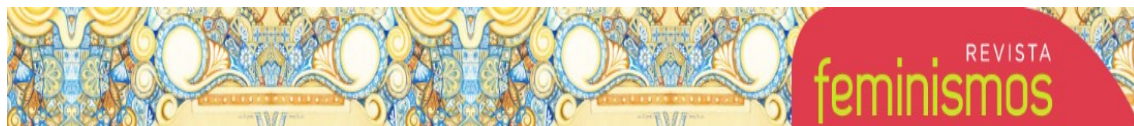
Costa, Claudia de Lima. 2020. “Latin America, Decoloniality, and Translation: Feminists Building Connectant Epistemologies.” In *Theories of the Flesh: Latinx and Latin American Feminisms, Transformation, and Resistance*, edited by Andrea J. Pitts, Mariana Ortega, and José Medina, 171–87. New York: Oxford University Press.

Cristaldo, Heloisa. 2022. “Report: Brazil Has Highest Number of Trans People Killed in 2022.” *Agência Brasil*, January 27. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/direitos-humanos/noticia/2023-01/report-brazil-has-highest-number-trans-people-killed-2022>.

Curiel, Ochy. 2021. “Berta Cáceres and Decolonial Feminism.” Translated by Bruna Barros and Jess Oliveira. *Women’s Studies Quarterly* 49 (Fall/Winter): 64–81.

de Fina Gonzalez, Débora. 2022. “Ensamblajes activistas: Feminismos y revuelta social en Chile” [Feminist assemblages: Feminisms and social revolt in Chile]. *Pólis* 10(1). <https://doi.org/10.15332/25006681.6495>.

De Fina Gonzalez, Débora, and Francisca Figueroa Vidal. 2019. “Nuevos ‘Campos de Acción Política’ Feminista: Una mirada a las recientes movilizaciones en



Chile” [New feminist “fields of action”: A look at the recent mobilizations in Chile]. *Revista punto género (Gender point of view review)* 11:51–72.

De Fina Gonzalez, Débora (2022). *Ensamblajes activistas: Feminismos y Revuelta social en Chile*. *Campos En Ciencias Sociales*, 10(1).

Delany, Samuel R. 1999. *Times Square Red, Times Square Blue*. New York: New York University Press.

di Marco, Graciela. 2017. “Social Movement Demands in Argentina and the Constitution of a ‘Feminist People.’” In *Beyond Civil Society: Activism, Participation, and Protest in Latin America*, edited by Sonia E. Alvarez, Jeffrey W. Rubin, Millie Thayer, Gianpaolo Baiocchi, and Agustín Laó-Montes, 122–40. Durham, NC: Duke University Press.

Eschle, Catherine. 2005. “‘Skeleton Women’: Feminism and the Antiglobalization Movement.” *Signs* 30(3):1741–60.

———. 2018. “Troubling Stories of the End of Occupy: Feminist Narratives of Betrayal at Occupy Glasgow.” *Social Movement Studies* 17(5):524–40.

Eschle, Catherine, and Alison Bartlett, eds. 2023. *Feminism and Protest Camps: Entanglements, Critiques, and Re-Imaginations*. Bristol: Bristol University Press.

Escobar, Arturo. 2008. *Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes*. Durham, NC: Duke University Press.

———. 2015. “Territorios de diferencia: La ontología política de los ‘derechos al territorio’” [Territories of difference: The political ontology of “rights to territory”]. *Cuadernos de antropología social (Journal of social anthropology)* 41:25–38.

———. 2020. *Pluriversal Politics: The Real and the Possible*. Translated by David Frye. Durham, NC: Duke University Press.

Federici, Silvia. 2020. “Silvia Federici: The Joyful Militancy of Feminism.” Interview by Julius Gavroche. *Autonomies*, March 1. <https://autonomies.org/2020/03/silvia-federici-the-joyful-militancy-of-feminism/>.

Fernández Anderson, Cora. 2020. “Activists Keep Argentina’s Abortion Reform on the Agenda Despite Covid-19.” *NACLA Newsletter*, July 9. <https://nacla.org/news/2020/07/08/argentina-abortion-reform-covid>.

Follegati Montenegro, Luna. 2018. “El feminismo se ha vuelto una necesidad: Movimiento estudiantil y organización feminista (2000–2017)” [Feminism has become a necessity: The student movement and feminist organization (2000–2017)]. *Revista anales [Annual review]* 14(7):261–91.

Fregoso, Rosa-Linda. 2023. *The Force of Witness: Contra Feminicide*. Durham, NC: Duke University Press.

Fried, Marlene Gerber. 2013. “Reproductive Rights Activism in the Post-Roe Era.” *American Journal of Public Health* 103(1):10–14.

Friedman, Elisabeth Jay. 2016. *Interpreting the Internet: Feminist and Queer Counterpublics in Latin America*. Oakland: University of California Press.

———, ed. 2019. *Seeking Rights from the Left: Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide*. Durham, NC: Duke University Press.

Friedman, Elisabeth Jay, and Constanza Tabbush. 2016. “#NiUnaMenos: Not One Less, Not One More Death!” NACLA Report on the Americas, November 1. <https://nacla.org/news/2016/11/01/niunamenos-not-one-woman-less-not-one-more-death>.

Fuentes, Marcela A. 2019. *Performance Constellations: Networks of Protest and Activism in Latin America*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Fulda, Isabel. 2021. “The Green Tide: Abortion Protests and Struggles for Reproductive Justice in Latin America.” Paper presented at Colectiva Protesta, University of Massachusetts Amherst, March 10. <https://polsci.umass.edu/event/colectiva-protesta-presents-green-tide-abortion-protests-and-struggles-reproductive-justice>.

Gago, Verónica. 2020. *Feminist International: How to Change Everything*. Translated by Liz Mason-Deese. London: Verso.  
38 y Alvarez et al.

Garza, Alicia. 2014. “A Herstory of the Black Lives Movement.” *Feminist Wire*, October 7. <https://thefeministwire.com/2014/10/blacklivesmatter-2/>.

Goes, Juliana M. 2023. “Decolonizing Black Cities: Black Movements and Territories of Life in Brazil.” PhD dissertation, University of Massachusetts Amherst.

Gomes, Carla, and Bila Sorj. 2014. “Corpo, geração e identidade: A Marcha das vadias no Brasil” [Body, generation, and identity: SlutWalk in Brazil]. *Revista Sociedade e Estado* 29(9):433–47.

Gómez-Barris, Macarena. 2017. *The Extractive Zone: Social Ecologies and Decolonial Perspectives*. Durham, NC: Duke University Press.

Gonzalez, Lélia. 1988. “A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade” [The political cultural category of Amefricanidade]. *Tempo Brasileiro* 92/93 (Jan./Jun.): 69–82.

Gutiérrez, María Alicia. 2021. “Rights and Social Struggle: The Experience of the National Campaign for the Right to Legal, Safe, and Free Abortion in Argentina.” In Sutton and Vacarezza 2021, 157–74.

Halberstam, Jack. 2018. “Unbuilding Gender: Trans\* Anarchitectures in and beyond the Work of Gordon Matta-Clark.” *Places* (October). <https://doi.org/10.22269/181003>.

Hale, Charles R., and Leith Mullings. 2020. “A Time to Recalibrate: Analyzing and Resisting the Americas-Wide Project of Racial Retrenchment.” In *Black and Indigenous Resistance in the Americas: From Multiculturalism to Racist Backlash*, edited by Juliet Hooker, 21–66. Lanham, MD: Lexington.

Hernández Reyes, Castriela Esther. 2019. "Black Women's Struggles against Extractivism, Land Dispossession, and Marginalization in Colombia." *Latin American Perspectives* 46(2):217–34.

Hilner, Hillary, Ana López, and Manuela Badilla. 2021. "¿El neoliberalismo nace y muere en Chile? Reflexiones sobre el 18-O desde perspectivas feministas" [Neoliberalism was born and died in Chile? Reflections on October 18 from feminist perspectives]. *História unisinos* [Unisinos history] 25(2):276–91.

Keefe-Oates, Brianna. 2021. "Transforming Abortion Rights through Access to Community-Based Health." In Sutton and Vacarezza 2021, 190–204.

Laó-Montes, Agustín. 2016. "Afro-Latin American Feminisms at the Cutting Edge of Emerging Political-Epistemic Movements." *Meridians* 14(2):1–24.

Márquez-Montaño, Erika. 2020. "Parar para Avanzar: Feminist Activism in 2019 Latin American Mobilizations." In *Persistence Is Resistance: Celebrating 50 Years of Gender, Women, and Sexuality Studies*, edited by Julie Shayne, 207–17. Seattle: University of Washington Press.

Martin, Deborah, and Deborah Shaw. 2021. "Chilean and Transnational Performances of Disobedience: LasTesis and the Phenomenon of Un violador en tu camino." *Bulletin of Latin American Research* 40(5):712–29.

Miranda Leibe, Lucia, and Daniela Cerna Cerva, eds. 2023. *Movimiento feminista: Continuidades y cambios en Chile y México* [Feminist movement: Continuities and changes in Chile and Mexico]. Santiago: FLACSO.

Muñoz, José Esteban. 1996. "Ephemera as Evidence: Introductory Notes to Queer Acts." *Women and Performance* 8(2):5–16.

Naghibi, Nima. 2023. "Revolutionary Iran: Iran's Feminist Protests in Context." Public Affairs Lecture, University of Toronto Mississauga, March 7.

Nueva Sociedad (New society). 2022. "Progresismos latinoamericanos: Un segundo tiempo" [Latin American progressivisms: A second time]. *Nueva Sociedad* (May–June): 299.

Olson, Alix. 2014. "Queer(y)ing Permanent Partnership." *Wagadu* 12 (Summer): 41–89.

Orozco Mendoza, Elva F. 2025. *The Maternal Contract: A Subaltern Response to Extreme Violence in the Americas*. Oxford University Press.

Orozco Mendoza, Elva F. 2017. "Femicide and the Funeralization of the City: On Thing Agency and Protest Politics in Ciudad Juárez." *Theory and Event* 20(2):351–80.

———. 2019. "Mapping the Trail of Violence: The Memorialization of Public Space as a Counter-Geography of Violence in Ciudad Juárez." *Journal of Latin American Geography* 18(3):132–57.

———. Forthcoming. "The Maternal Contract." Unpublished manuscript.

Palmeiro, Cecilia. 2018. "The Latin American Green Tide: Desire and Feminist

- Transversality.” *Journal of Latin American Cultural Studies* 27(4):561–64.
- Parrilla, Belén. 2020. “¡Nosotras podemos! Performance, cuerpo y espacio público en el marco de las movilizaciones feministas en Argentina” [We can do it! Performance, body, and public space in the framework of feminist mobilizations in Argentina]. *Conexión [Connection]* 13:83–102.
- Paschel, Tianna S. 2018. “Rethinking Black Mobilization in Latin America.” In *Afro-Latin American Studies: An Introduction*, edited by Alejandro de la Fuente and George Reid Andrews, 222–63. New York: Cambridge University Press.
- Prior, Jason, and Phil Hubbard. 2017. “Time, Space, and the Authorisation of Sex Premises in London and Sydney.” *Urban Studies* 54(3):633–48.
- Quiceno Toro, Natalia. 2016. *Vivir sabroso: Luchas y movimientos afroatratoños, en Bojayá, Chocó, Colombia* [Living deliciously: Afro-Colombian Movements and Struggles in the Middle Atrato; Bojayá, Chocó, Colombia]. Bogotá: Universidad del Rosario.
- Radford, Jill, and Diana Russell. 1992. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. New York: Twayne.
- Ransby, Barbara. 2018. *Making All Black Lives Matter: Reimagining Freedom in the Twenty-First Century*. Oakland: University of California Press.
- Riofrancos, Thea. 2020. *Resource Radicals: From Petro-Nationalism to Post-Extractivism in Ecuador*. Durham, NC: Duke University Press.
- Schild, Verónica, and Luna Follegati. 2018. “Chilean Students Confront Machismo on Campus (Interview).” *NACLA Report on the Americas* 50(4):411–17.
- Segato, Rita Laura. 2016. “Patriarchy from Margin to Center: Discipline, Territoriality, and Cruelty in the Apocalyptic Phase of Capital.” *South Atlantic Quarterly* 115(3):615–24.
- . 2018. *Contra-Pedagogías de la Crueldad [Counter-pedagogies of cruelty]*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Sempértegui, Andrea. 2021. “Indigenous Women’s Activism, Ecofeminism, and Extractivism: Partial Connections in the Ecuadorian Amazon.” *Politics and Gender* 17(1):197–224.
- Serafini, Paula. 2020. “‘A Rapist in Your Path’: Transnational Feminist Protest and Why (and How) Performance Matters.” *European Journal of Cultural Studies* 23(2):290–95.
- Sitrin, Marina. 2006. *Horizontalism: Voices of Popular Power in Argentina*. Edinburgh: AK.
- Souza, Natália Maria Félix de. 2019. “When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative Futures.” *Contexto Internacional* 41(1):89–110.
- Stites Mor, Jessica, and Maria del Carmen Suescun Pozas, eds. 2018. *The Art of Solidarity: Visual and Performative Politics in Cold War Latin America*. Austin: University of Texas Press.
- Sutton, Barbara. 2007. “Poner el Cuerpo: Women’s Embodiment and Political Resistance

in Argentina.” *Latin American Politics and Society* 49(3):129–62.

———. 2020. “Intergenerational Encounters in the Struggle for Abortion Rights in Argentina.” *Women’s Studies International Forum* 82 (September–October): <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2020.102392>.

Sutton, Barbara, and Elizabeth Borland. 2018. “Queering Abortion Rights: Notes from Argentina.” *Culture, Health, and Sexuality* 20(12):1378–93.

———. 2019. “Abortion and Human Rights for Women in Argentina.” *Frontiers* 40(2):27–61.

Sutton, Barbara, and Nayla Luz Vacarezza, eds. 2021. *Abortion and Democracy: Contentious Body Politics in Argentina, Chile, and Uruguay*. Abingdon: Routledge.

Tallbear, Kim, and Angela Willey. 2019. “Introduction: Critical Relationality: Queer, Indigenous, and Multispecies Belonging beyond Settler Sex and Nature.” *Imaginations* 10 (1). <https://doi.org/10.17742/IMAGE.CR.10.1.1>.

Tapía de la Fuente, María Belén. 2022. “Asamblea Nueva Vulva: Prácticas de producción de lo común durante el Estallido Social chileno [New vulva assembly: Production practices of the commons during the Chilean social explosion].” *Reflexiones (Reflections)* 101(1):1–15.

Thayer, Millie. 2010. *Making Transnational Feminism: Rural Women, NGO Activists, and Northern Donors in Brazil*. New York: Routledge.

Thomas, Gwynn. 2016. “Promoting Gender Equality: Michelle Bachelet and Formal and Informal Institutional Change within the Chilean Presidency.” In *Gender, Institutions, and Change in Bachelet’s Chile*, edited by Georgina Waylen, 95–120. New York: Palgrave Macmillan.

Tomlinson, Barbara, and George Lipsitz. 2019. *Insubordinate Spaces: Improvisation and Accompaniment for Social Justice*. Philadelphia: Temple University Press.

Trujillo Barbadillo, Gracia. 2020. “Neither New nor Utopian (and Yet Worthwhile): Queer and Feminist Genealogies, Conflicts, and Contributions inside Spain’s 15-M Movement.” In *Routledge Handbook of Contemporary Social Movements: Protest in Turbulent Times*, edited by Cristina Flesher Fominaya and Ramon A. Feenstra, 210–20. London: Routledge.

Vacarezza, Nayla Luz. 2021. “Orange Hands and Green Kerchiefs: Affect and Democratic Politics in Two Transnational Symbols for Abortion Rights.” In Sutton and Vacarezza 2021, 70–81.

Willey, Angela. 2015. “Constituting Compulsory Monogamy: Normative Femininity at the Limits of Imagination.” *Journal of Gender Studies* 24(6):621–33.

———. 2016. *Undoing Monogamy: The Politics of Science and the Possibilities of Biology*. Durham, NC: Duke University Press.

Zerán, Faride, ed. 2018. *Mayo feminista: La rebelión contra el patriarcado [Feminist may: The rebellion against patriarchy]*. Santiago de Chile: LOM ediciones. 42 y Alvarez et al.